

ESPAÇO BANAL, VIDA COMUM: PRÁXIS E CULTURA NAS PERIFERIAS URBANAS

Gilberto Cunha Franca

UFSCar

franca@ufscar.br

Sílvia Lopes Raimundo

Unifesp

silvia.lopes@unifesp.br

RESUMO

Nas pesquisas, assim como nos ativismos e movimentos sociais, percebe-se o interesse sobre as práticas e a gestão dos bens comuns. No âmbito deste debate e engajamento é que propomos aqui uma reflexão sobre o comum situado nos espaços urbanos periféricos. Nossa análise se apoiará basicamente no pensamento de Milton Santos e, mais especificamente, no conceito de espaço banal, de onde dialogamos com outras elaborações, incluindo nossas próprias pesquisas sobre os coletivos e os movimentos de cultura. Assim, é do espaço banal, e da perspectiva da geografia, que procuramos analisar as bases materiais e imateriais dos comuns urbanos periféricos, construídos a partir da tessitura feita por mãos de muitos, não somente operários e sindicalistas, mas artistas, trabalhadores e “filósofos da cultura” e mulheres, gênero que historicamente constrói a base intelectual e material dos Comuns das periferias urbanas.

Palavras-chave: Espaço banal, Cultura e Comum periférico

GT – 15: Território, conflitos e ativismos sociais urbanos

INTRODUÇÃO

Desde 2016 houve uma alteração do ciclo de mobilização dos movimentos e ativismos sociais, que havia se intensificado no movimento pelo passe livre e seguiu com a ocupação das escolas. Antes mesmo de 2013, estava em curso, na cena urbana, uma crescente participação da

juventude, mulheres, população negra e lgbtqi+, principalmente de origem periférica. Das periferias da cidade de São Paulo, ganhou forma um potente movimento cultural, organizado por coletivos que passaram a defender mais incentivos e valorização da produção artística.

Porém, o que se tornou marcante deste movimento cultural é sua capacidade de existir e criar uma nova estética, refletindo as condições sociais e urbanas, cercada de pobreza, violência e machismo. Bares se transformam em saraus, ruas e praças em RAP, batalhas de slam, bailes funks e fluxos, imóveis vazios e degradados em ocupações culturais, permeando casas, escolas, e até espaços tradicionalmente voltado ao consumo, como os shopping-centers, na hora dos “rolezinhos”. É um novo uso do território, não hegemônico, mas dos hegemônicos, dos sujeitos e sujeitas subalternados, que traçam um uso comum, muitas vezes residual, mas que restitui o sentido de comunhão de suas quebradas.

O aquilombamento urbano é talvez uma das mais fortes expressões do uso comum e coletivo dos espaços periféricos. Ele é a prova de uma longa história de fuga, sobrevivência, e reconstrução da coletividade, um território como abrigo de corpos e subjetividades negras. Temos também o mutirão, uma expressão de ajuda mútua que veio do meio rural, para o meio urbano, usado com frequência na construção de casas populares, e também na prática comum dos movimentos de moradia, de hortas e outras práticas comunitárias.

Na universidade e no campo da pesquisa, o livro Reflexões periféricas: propostas em movimento para a reinvenção das quebradas, organizado por D’Andrea (2021) tem no Comum um tema que permeia e entrelaça as pesquisas e suas propostas. O livro é resultado de uma pesquisa desenvolvida pelo Centro de Estudos Periféricos (CEP)¹ que o realiza aproximando-se da reflexão sobre temas recorrentes como: o território como abrigo, a existência, a interseccionalidade como método para interpretar a realidade e a produção da vida compartilhada em Comum. O grupo engajado na construção de uma instituição de ensino e pesquisa na periferia, busca olhar o tema das cidades de outras formas, elabora pesquisas, reflete

¹ O CEP é um grupo de pesquisa do Instituto das Cidades – Unifesp, composto por pesquisadoras e pesquisadores oriundos das periferias paulistanas, a partir da seleção de 10 eixos temáticos, que a partir da pesquisa geraram cinco propostas para reinventar as quebradas.

sobre o mundo em diferentes escalas, reinventando as quebradas e apostando nas práticas coletivas.

“De modo geral”, como dizem Tonucci Filho e Cruz (2019, p. 488), “o comum refere-se a bens, espaços e recursos que são coletivamente usados e geridos por uma dada comunidade por meio de práticas de fazer-comum”. Refere-se tanto a recursos materiais e imateriais quanto às próprias atividades que se desenvolvem de maneira colaborativa e compartilhada, para além da esfera do Estado e do mercado, como além das formas de propriedade privadas e públicas.

Pode-se dizer que o debate contemporâneo sobre o comum ganha maior dimensão com os trabalhos de Hardt e Negri (2016) e de Dardot e Laval (2017). É quando o comum é assumido como modo de vida oposto ao capitalismo, seja pelas potencialidades materiais e imateriais da ordem social atual, no caso de Hardt e Negri, ou pela prática políticas colaborativas e de autogestão, no confronto com a razão neoliberal, como reivindicam Dardot e Laval. Não podemos deixar de fazer referência ao trabalho de Silvia Federici (2019), por sua abordagem feminista do comum, trazendo para a análise a esfera da reprodução social, por muito tempo negligenciada dentro do próprio marxismo.

Há trabalhos importantes que fazem uma abordagem espacial e, especificamente urbana do comum, como é o caso do arquiteto e urbanista grego Stavros Stavrides (2021) e do já citado trabalho de Tonucci. Ambos os autores estabelecem uma certa linha de continuidade entre o pensamento de Henri Lefebvre e o debate atual sobre o comum para pensar as cidades e metrópoles contemporâneas. Outra abordagem espacial do comum é realizada pelo geógrafo David Harvey (2014), que procura diferenciar os espaços e bens públicos dos espaços e bens comuns.

Neste trabalho, o que propomos é também discutir o comum urbano de uma perspectiva geográfica, porém chamando a atenção para os comuns periféricos. Para isto, nos apoiamos fundamentalmente na obra de Milton Santos, a partir do conceito de espaço banal, que para nós melhor expressa em seu pensamento a preocupação com o comum. Em suas elaborações sobre o espaço banal aparece referências aos estados mais antigos de “comunhão” e de “comunidade” (2000, p. 91), e as possibilidades atuais de “vida comum” e “espaço comum” (1996a, p. 206 e 258), e de “existência comum” e “território comum” (2001, p. 109). Por isso,

é do espaço banal, e assim da perspectiva da geografia, que procuramos analisar as bases materiais e imateriais do comum urbano, particularmente dos comuns periféricos.

1. Espaço Banal, geografia do comum

Como dissemos, o conceito de espaço banal tem lugar especial no pensamento geográfico de Milton Santos², e pode ser um dos caminhos para pensar o bem comum. Ele foi usado e articulado em sua obra junto a uma constelação de conceitos, como lugar, horizontalidade, cotidiano, território etc., para pensar o espaço da coexistência indiferenciada de diversas instâncias: social, econômica, cultural, política e psíquica. Ao dar um exemplo, em uma palestra, ele diz:

O espaço desta cidade de Passo Fundo, onde todas as pessoas - não importa a sua riqueza, a sua origem - participam, onde todas as instituições presentes participam da vida, assim como todas as empresas presentes, a isto se chama o espaço banal. E é este espaço banal que é o espaço da Geografia, diferente, pois, dos espaços adjetivados. (SANTOS, 1996b, p.9).

A ideia do espaço banal como o espaço de todos, indissociável, de comunhão, é por ele utilizada para falar dos agrupamentos humanos que precederam o atual sistema-mundo moderno. Esses agrupamentos, dentro de seus limites, compunham, diz Milton Santos, “al mismo tempo, un espacio banal” (...) donde se confundía el trababajo, la economía, la cultura, la política, el lenguaje” (SANTOS, 2000, p. 91). Era justamente “esta confusión total de instancia”, prossegue o autor, que “constituía la seguridad de la existencia de un espacio banal, y también de la percepción del espacio banal. Había una comunión integral, primitiva dentro de la comunidad”.

² “En cuanto al espacio banal, esta idea viene del debate que han traído a la Geografía las ideas de Francois Perroux, que, al proponer su definición de espacio económico y de empresa motriz, no se ha contentado con la idea de que el espacio económico es resultante de la producción de espacio de flujo (esto está escrito por Perroux hace cuarenta años), y ha propuesto que se trabajara también con la idea de espacio banal (que es el espacio de los geógrafos).” (SANTOS, 2000, p. 88)

Mas o que se ressalta mesmo em sua obra é a utilização do espaço banal para analisar o mundo contemporâneo, agora reconfigurado principalmente pelo meio informacional. Com a informação se tornando o fator dominante do meio geográfico, a cooperação e divisão do trabalho, ainda que dominadas pelas grandes corporações, são também disputadas pelos pobres urbanos a partir do espaço compartilhado por todos, o espaço banal.

A constituição atual do meio técnico informacional permitiu que a produção e o trabalho transbordassem os espaços fabris. Como diz Franca, “diferentemente do que se passou na manufatura, na maquinofatura e mesmo no fordismo o funcionamento e a continuidade do meio de trabalho fabril passaram a ser condicionados pelo meio geográfico do trabalho” (FRANCA, 2007, p. 84). Mas, com o poder político de seu lado, os capitalistas buscam dominar esse meio geográfico como sua nova arena de produção, consumo e lucratividade.

Grandes corporações como Google, Uber, Ifood, modelos da chamada economia colaborativa e de compartilhamento, são exemplos de como o capital se apoia no meio técnico informacional para explorar o trabalho imaterial, capturar a interação social e nossas emoções. Como Hardt e Negri consideram, “a fim de restabelecer as margens de lucro que não podiam mais ser extraídas das fábricas, o capital teve que colocar o terreno social para trabalhar, e o modo de produção teve de ser ainda mais firmemente entrelaçado às formas de vida” (p. 151-152).

Essa nova economia capitalista trava sua mais forte batalha na produção do sujeito e da subjetividade. Nesse sentido, a autonomia alcançada, sob o meio técnico informacional e a cooperação social, é estrategicamente capturada para isolar as pessoas. Na esfera do trabalho, mesmo em suas condições mais precárias, a subjetividade é informada pela ideologia do empreendedorismo, enquanto na esfera da reprodução social o que se propaga é a liberdade do consumo, mesmo para quem essa possibilidade é muito limitada.

Na economia das plataformas digitais trabalha-se mais, e precariamente, como é o caso dos entregadores urbanos, em sua maioria jovens periféricos, elevando-se em muitos aspectos o sofrimento humano. Porém, as redes de cooperação, comunicação e compartilhamento podem ser deslocadas e apropriadas, como indicam Hardt e Negri, para “pensar e formar relações não só no emprego, mas também na rua, em casa, com os vizinhos e amigos” (2016, p.175). É o

que se pode observar com a expansão do cooperativismo e da autogestão, assim como a proliferação de bibliotecas, cursinhos, hortas e bancos comunitários.

Conectadas ao meio técnico informacional, através de redes de comunicação e cooperação, as grandes cidades e as metrópoles despontam como os lugares de maior complexidade. Elas não são apenas ambientes construídos de ruas, casas e todo tipo de infraestruturas físicas, mas também uma “dinâmica viva de práticas culturais, circuitos intelectuais, redes afetivas e instituições sociais” como dizem Hardt e Negri (2016, p.177). Elas são, nesse sentido, como resumem bem os dois filósofos, “um amplo reservatório do bem-estar comum”.

1.1. Horizontalidades, a força do lugar e dos pobres

O bem comum, reconfigurado pelo meio informacional, adquire contornos reais, atualidade, a partir do espaço geográfico. Ou seja, “a partir do espaço geográfico cria-se uma solidariedade orgânica, o conjunto sendo formado pela existência comum dos agentes exercendo-se sobre um território comum. Tais atividades, não importa o nível, devem sua criação e alimentação às ofertas do meio geográfico local.” (SANTOS, 2001, p. 109). Por isso, uma análise atual das condições comuns de existência precisa considerar o conjunto indissociável e solidário sob o qual essas condições repousam.

Os agentes da globalização, dirigidos pelas finanças, captam a colaboração social e usam o meio geográfico local para suas finalidades econômicas. Mas, as pessoas, grupos sociais, coletivos e comunidades, podem se apoiar nessa mesma base comum, nesse mesmo espaço banal para produzir outras solidariedades. Tal situação leva ao seguinte paradoxo: ao mesmo tempo que é externamente capturado, o espaço banal “acaba por ser un freno, una barrera, un obstáculo a la producción de abstracciones excessivas.” diz Milton Santos, (2000, p 91).

As formas de inserção geográfica local do capital, hierárquicas e verticalizadas, são constantemente lidas por Milton Santos, também pelo modo como os lugares reagem e refazem-se, refazendo as horizontalidades, as relações de vizinhança e o cotidiano. Se o capital, ao dominar os circuitos da informação e do dinheiro, busca extrair lucro e renda das condições

reunidas no meio geográfico, “os lugares”, diz Milton Santos, “também podem se unir horizontalmente, reconstruindo aquela base de vida comum, susceptíveis de criar normas locais, normas regionais... que acabam por afetar as normas nacionais e globais” (SANTOS, 1996a, p. 206). É nesse embate entre verticalidades e horizontalidade que se situa os diferentes tempos do cotidiano.

Un-proceso de arriba-abajo adonde el tiempo que comanda es el tiempo del mundo, y otro que es un proceso de abajo hacia-arriba, donde lo que comanda es el tiempo del lugar producido por la existencia de la vecindad, en la contigüidad; este espacio banal, creador de solidaridades, cuyo fundamento no es técnico, pero sí histórico; no es pragmático, pero tiene una enorme parcela de emoción. (SANTOS, 2000, p. 94).

Os lugares são, por assim dizer, construções singulares e afetivas de seus moradores, carregadas de emoção. Níveis e escalas de solidariedade são feitos e refeitos das ruas e vielas aos bairros e às favelas, e destes às cidades e às metrópoles. Ao reunir a multiplicidade do conjunto urbano, as metrópoles contemporâneas realçam melhor que qualquer outro lugar o antagonismo dessas duas ordens de tempo de vida que reproduzem e se refazem sob um mesmo espaço banal.

Nos lugares complexos, que geralmente coincidem com as metrópoles, há profusão de vetores: desde os que diretamente representam as lógicas hegemônicas, até os que a elas se opõem. São vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas, às vezes externas, mas entrelaçadas pelo espaço comum. Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir. (SANTOS, 1996a, p. 258).

A subsistência dos “fracos”, no entanto, traz consigo resistência e criatividade. Dos espaços banais e comuns das grandes cidades e metrópoles, os pobres se reinventam. Ruas, becos, calçadas, terrenos baldios, praças, ônibus, metrô, trens, escolas, paisagens, tecnologias,

informação, bens culturais, saberes tradicionais, são reapropriados como meios de trabalho e de vida por pessoas, famílias, coletivos e comunidades. São esses espaços banais e comuns, que permitem a formação de redes de solidariedade, cooperação, sejam elas produtivas, sociais ou afetivas.

1.2. Espaço banal e território

O modo como o espaço banal aumenta ou diminui sua capacidade de servir a todas as pessoas, nos remete à esfera propriamente política. Isto porque nele, a ordem externa imposta pelos agentes hegemônicos se encontram e se confrontam com a ordem interna da vida local, onde os hegemônizados e subalternizados resistem. Mesmo sob “obediência alienada dos atores subalternizados, hegemônizados, nos espaços banais se recria a ideia e o fato da Política” como assinala Milton Santos (2001, p. 111). Isto é, independente da organização dos subalternizados, há sempre ajustes, conflitos, acordos, que acompanham as novas condições de existência de todas as pessoas.

As ações do Estado não são indiferentes à evolução do espaço banal. “Na verdade”, diz Milton Santos, “mudadas as condições políticas, é nesse espaço banal que o poder público encontraria as melhores condições para sua intervenção” (2001, p. 109). Entretanto, o que vemos é um Estado neoliberal atuando no controle do espaço banal cada vez mais a serviço do capital.

Mas, quando o conjunto de elementos entrelaçados do espaço comum se tornou indispensável para a produção e reprodução social, a exemplo da economia colaborativa e do compartilhamento, restringir o espaço banal pode significar uma perda considerável para as próprias empresas. Há aqui uma contradição incontornável.

Não podendo destruir a base de sua própria reprodução, as empresas globais e financeirizadas, buscam então maneiras de capturar a riqueza do espaço banal, através do rentismo e da especulação imobiliária, fragmentando e cercando o que é comum e privatizando os bens e serviços públicos. Milton Santos já alertava para uma difusão avassaladora de uma racionalidade pragmática, ao mesmo tempo em que a produção do espaço banal se tornava

“residual” (SANTOS, 2001, p. 112). Mas, ele mesmo manteve aberta a possibilidade de imaginar outro cenário:

No qual o comportamento do espaço de fluxos seja subordinado não como agora à realização do dinheiro e encontre um freio a essa forma de manifestação, tomando-se subordinado à realização plena da vida, de modo que os espaços banais aumentem sua capacidade de servir à plenitude do homem. (idem)

A capacidade do espaço banal de servir aos homens e mulheres como espaço comum está, portanto, relacionada à maneira como o território converte-se em abrigo (SANTOS, 2001)³, sustentado pelo fortalecimento dos vínculos sociais e afetivos de seus habitantes. Mesmo quando é residual, é do espaço banal que os pobres podem sobreviver, compartilhando o que é comum. E por ser fundamental para sua sobrevivência, e existência das suas condições materiais e culturais, a sua defesa adquire traços políticos originais. Mesmo quando tentamos impor uma forma externa de organização política, há sempre um nível de resistência e de criatividade que não se deixa moldar.

Nas periferias urbanas, como em São Paulo e nas grandes cidades e metrópoles brasileiras, há inúmeras experiências de uso comum do território, seja como estratégia de sobrevivência traçadas principalmente pelos pobres urbanos, seja como organização coletiva das comunidades em movimento. Nesse sentido, as ocupações de ruas, praças, imóveis, protagonizadas pela juventude periférica, organizadas através de coletivos culturais, são expressões de uma nova cultura política no município de São Paulo (RAIMUNDO, 2016; ALMEIDA; JESUS, 2021).

A ideia da periferia foi por muito tempo identificada como lugar distante e carente, oposto ao centro e por isso de difícil acesso à cidade e ao direito à cidade. Nas últimas décadas, entretanto, as periferias passam a ser também reconhecidas pela produção e circuitos culturais, que atraem e polarizam a cidade, num devir periférico da cidade. Neste período passou a se

³ O território aqui não é apenas “um simples recurso”, como diz Milton Santos, ele também “constitui um abrigo”, expressões empregadas de Jean Gottmann (SANTOS, 2001, p. 111-112).

falar de literatura, cinema, cultura, periféricas. O que nos leva a perguntar de que maneira esta produção cultural periférica, alicerçada na longa história de luta dos bairros populares, reelabora a luta pelo comum.

2. O território como abrigo e a construção do comum periférico

No espaço banal, verticalidades e horizontalidades também representam um campo de disputas, onde destacam-se estratégias de dominação e de existência. As classes dominantes, as empresas e seus meios de comunicação, respectivamente, grandes investidores em ciência e tecnologia e plataformas de elaboração e veiculação de ideologias, criam discursos, pensamentos e projetos hegemônicos. Por outro lado, os “homens lentos”, homens, mulheres, homens e mulheres trans, todes, todas e todos das classes populares, com razão e emoção, desvelam as fabulações criadas pelos hegemônicos, elaboram epistemologias orgânicas, inventam uma “teleologia popular”⁴ e projetam um devir periférico. Pois, entre as experiências cotidianas e a partir da criação de outras formas de sobrevivência e luta, baseadas na “viração dos setores populares”, como apontou Ribeiro (1995, p.2), ou na “sevirologia”, como ensinou mestre Soró, os movimentos organizados surpreendem as frações de classes hegemônicas

A “sevirologia”, expressão cunhada por José de Souza Queiroz⁵, é uma metodologia construída na *práxis* cotidiana da coletividade Comunidade Cultural Quilombaque, Perus - Zona Noroeste da cidade de São Paulo, e exercida por outros coletivos culturais, artistas autônomos e ativistas das periferias paulistanas (RAIMUNDO; MOREIRA JUNIOR, 2021). Uma forma de prever necessidades, idear, imaginar e fazer, uma “teleologia popular”, baseada nas redes de solidariedade e cooperação da classe trabalhadora. E também forjada na lida dos fazeres artísticos e na organização cultural nas periferias, tão bem traduzida na expressão emblemática, tantas vezes repetidas por Soró e outros integrantes da Quilombaque - o “Se você

⁴ Elaborado a partir da reflexão realizada com Ricardo Barbosa da Silva e Denise Bergamo da Rosa sobre a existência de não somente uma epistemologia orgânica da periferia, mas ontologia e teleologia periféricas e populares.

⁵ José de Souza Queiroz (1964-2019), o Soró, foi educador popular, ativista e consultor em gestão de conhecimentos e desenvolvimento humano e integrante da Comunidade Cultural Quilombaque, militantes muito ativos, reconhecido e respeitado pelo movimento cultural de São Paulo como mestre Soró. (RAIMUNDO; MOREIRA JUNIOR, 2021).

tem, você faz. Se você não tem, você faz do mesmo jeito. Você se virá” (SORÓ; DEDÉ apud ALMEIDA; JESUS, 2021, p. 55) - representa a luta diária tanto pela existência, como pela realização de projetos, pois como alertou Santos (2001):

É dessa forma que, na convivência com a necessidade e com o outro, se elabora uma política, a política *de baixo*, constituída a partir das suas visões do mundo e dos lugares. Trata-se de uma política de novo tipo, que nada tem a ver com a política institucional. Esta última se funda na ideologia do crescimento, da globalização etc. e é conduzida pelo cálculo dos partidos e das empresas. A política dos pobres é baseada no cotidiano vivido por todos, pobres e não pobres, e é alimentada pela simples necessidade de continuar existindo. (SANTOS, 2001, p. 132-133).

No cotidiano, nesse “tecido flexível de relações, adaptável às novas circunstâncias” (SANTOS, 2001, p.134), os “de baixo” estão sempre em movimento e em condições de criar respostas para determinadas situações. Para Santos (2001), a gestação do novo, a transição para o período popular da história pode ser imperceptível para os contemporâneos, passando despercebida. Pois, no movimento dialético entre rupturas e permanências, sementes do novo “começam a se impor quando ainda o velho é quantitativamente dominante” (SANTOS, 2001, p. 141).

No alvorecer do Período popular da história, ainda com prevalência dos mecanismos que movimentam o Período técnico científico-informacional, co-existe um estado da política e da prática social representado, entre outros, pelos movimentos de mulheres e dos adolescentes e jovens pelo direito de existir. Bem como pelo direito à cidade, pelo direito de tomarem a cidade para si, de estarem onde quiserem, inclusive em espaços privados de uso público, como shopping centers, ou pelo direito à educação e a manutenção de suas escolas. Com os “de baixo”, em diferentes periferias do país, surgiram movimentos de insubordinação à racionalidade que constrói cidades injustas e políticas públicas que priorizam áreas historicamente privilegiadas. Os “rolezinhos”, encontros entre adolescentes e jovens, previamente combinados através das redes sociais, ocorridos entre o final de 2013 e o início de 2014, surpreenderam quando começaram acontecer em diferentes shopping-centers de várias

cidades, chamando atenção para as desigualdades na sociedade brasileira, muitas marcadas pela intensa segregação socioespacial. (PINHEIRO-MACHADO; SCALCO, 2014).

Em período próximo à ocupação dos shopping-centers, em novembro de 2015, grupos de adolescentes ocuparam cerca de 200 unidades escolares em diferentes cidades, demonstrando capacidade de organização e articulação política dentro e fora das unidades escolares. Nas escolas públicas, sempre criticadas e classificadas por uma parcela da sociedade como ineficientes e pedagogicamente ultrapassadas, os estudantes do ensino médio e de escolas técnicas manifestaram-se contra o Plano de Reorganização Escolar paulista e o consequente fechamento de 94 unidades (CAMPOS; MEDEIROS e RIBEIRO, 2016).

Em 2016, a partir de pautas como, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a questão de gênero na escola e a livre organização estudantil, os estudantes organizaram atividades como aulas públicas, rodas de conversa e debates, tomaram conta da cozinha e da preparação dos alimentos, fizeram limpezas e protegeram o patrimônio público de setores da sociedade. (GOHN, 2019)

No cotidiano das cidades, “lugar onde há mais mobilidade e mais encontros” (SANTOS, 1996a, p. 155), a população das periferias e das favelas não deve ser vista apenas como um dado demográfico, sequer como unicamente pelo recorte de classe. Pois, apesar das ações realizadas para dificultar o desvendamento das ideologias e a elaboração dos caminhos para imaginar outros futuros, uma espécie de revanche contra a racionalidade hegemônica, com a qual empresas, organizações sociais e mídia trabalham, os “de baixo”, os “homens lentos”, entendidos como humanidade e a partir da sua diversidade, organizam-se e criam ações capazes de impedir o fortalecimento e domínio da cultura de massa e de seus conteúdos políticos e ideológicos.

Então, no cotidiano das periferias urbanas e favelas, os sujeitos e sujeitas organizados em associações, grupos e coletivos, movimentos sociais e culturais, a partir da sociabilidade criada nas ocupações de moradia e cultura, de projetos coletivos para criação de hortas, cozinhas e cursinhos comunitários passam, a partir do estabelecimento de relações baseadas nas experiências de convivência compartilhada e solidária na construção de espaços comuns, enredar desejos, utopias, pautas, ações e projetos.

2.1. A luta comunitária das mulheres periféricas

Em São Paulo, os movimentos sociais que tomam o território como abrigo vêm de longe, das operárias e operários que reivindicavam salários justos e melhores condições de trabalho nas fábricas, das trabalhadoras e trabalhadores que nos intervalos e depois das tarefas diárias realizadas como vendedores e carregadores ocupavam os espaços abrindo rodas de tiririca, capoeira e samba, práticas da dimensão política da cultura, a exemplo do que acontecia no histórico Largo da Banana, no bairro da Barra Funda, e das experiências protagonizadas por mulheres nesses processos e em outros posteriores, especialmente nas periferias da cidade que alicerçam as lutas que vieram depois.

Movimentos formados mais recentemente tem origem na história da organização das mulheres durante as décadas de 1960 e 1970, quando “novos personagens entraram em cena” (SADER, 1988), e grupos de mulheres feministas militantes do Partido Comunista (PC) aproximam-se das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) (REGINA, 2016), organizações da Igreja Católica fundamentadas na Teologia da Libertação, para juntas desenvolverem trabalhos em diferentes bairros periféricos. Entre os frutos e desdobramentos dos encontros de mulheres, nascem movimentos como: Clubes de Mães, organizados em torno da percepção dos problemas sociais mais presentes no cotidiano das mulheres pobres e periféricas (REGINA, 2016) e o Movimento Custo de Vida que gerado a partir do primeiro é um dos movimentos populares responsável pelo enfraquecimento e, posterior, derrocada da ditadura civil-militar. (MARTINELLI apud RAMOS; MELO e OLIVEIRA-MACEDO, 2019).

As mulheres, maiores responsáveis pelo trabalho de reprodução social, vidas dedicadas ao cuidado com a família e a casa (FEDERICI, 2019; RAMOS, MELO e OLIVEIRA-MACEDO, 2019), há décadas estão à frente tanto dos movimentos sociais como dos processos de descortinamento de ideologias e desconstrução de projetos que têm como um de seus objetivos principais a subalternização e a espoliação ao máximo da classe trabalhadora. O papel político e o protagonismo das mulheres foram fundamentais para a compreensão da necessidade da luta em várias frentes como Ramos, Melo e Oliveira-Macedo apoiadas em Lélia González, concluem:

Há mais de 30 anos os engajamentos das mulheres nas periferias vêm entendendo a urgência de lutar em muitas frentes ao mesmo tempo. A prática da batalha cotidiana as fez entender a profunda interrelação entre os múltiplos eixos de opressão e criar grupos que pudessem lidar com o classismo e o racismo do movimento feminista, assim como com o sexismo dos movimentos negro e da esquerda em geral. (2019, p. 68-69).

Ocultadas de muitas narrativas, historiografias que privilegiam o protagonismo masculino, as mulheres estão na base, na organização e na elaboração intelectual de diversos movimentos sociais urbanos, inclusive e com muita importância nas lutas por moradia, saúde e educação como, pela construção de creches, escolas e universidades nas periferias de São Paulo. A atuação dos movimentos culturais das periferias de São Paulo e a busca pela construção de comuns também é, em grande medida, continuidade dessa história das mulheres periféricas em luta. Das negras, nordestinas e indígenas que abriram e pavimentaram caminhos por onde outras gerações possam avançar em novas pautas.

Em função desse papel imperioso da mulher nos movimentos sociais, o Movimento Cultural das Periferias (MCP) reconhece “periferia” em seu plural, como construção realizada em períodos distintos, diversas vezes tratada como “periferias”, destacando-a como “lugar de resistência política” (RAIMUNDO, 2016) e, especialmente, como abrigo e lugar de lutas das mulheres.

Compreendemos PERIFERIA como espaço urbano geograficamente identificável, abrigo das classes trabalhadoras brasileiras, da maioria da população negra, indígenas urbanos, imigrantes, e cujos traços culturais são entoados pela heterogeneidade resultante do encontro (nem sempre pacífico) desta convivência multicultural atravessada pela desigualdade social. **Periferia, não por acaso, substantivo feminino** no qual se inscreve a história corrente de inúmeras mulheres. Museu sem teto ou paredes, bolsões de expressões ancestrais, tradicionais e experimentações inovadoras, cuja geografia é território, marca identitária e também espaço de exclusão econômica, com excesso de polícia e ausência de políticas públicas que procurem agir na resolução das consequências de um processo histórico de brutalidades sociais,

desigualdades e injusta distribuição de riquezas. (MANIFESTO PERIFÉRICO apud BLOCO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS, 2022, p. 115). (Grifo nosso)

A partir dessa condição, representada pela forte presença das mulheres e pela necessidade de elaboração de um método que permita compreender de forma mais profunda a diversidade dos movimentos sociais e culturais, muitas estudiosas e militantes feministas têm apresentado a interseccionalidade como caminho para a compreensão da totalidade. Na leitura das principais referências bibliográficas sobre o tema, pesquisas realizadas a partir do contato mais próximo com as mulheres em entrevistas, rodas de conversa, grupos focais ou experiências etnográficas, notamos histórias de mulheres que enfrentaram dificuldades por serem mulheres, negras e moradoras da periferia e de favelas.

No campo do movimento feminista, Barbosa (2019) destaca as contribuições de pensadoras feministas negras como Hazel Carby, Patricia Williams, Kimberlé Crenshaw e, especialmente, o pensamento de Patricia Hill Collins e a articulação das opressões gênero, raça e classe e sua formulação do conceito “matrizes de opressão” (COLLINS apud BARBOSA, 2019).

Collins (1990) propõe o conceito de “matrizes de opressão” como uma abordagem metodológica específica para tratar do lugar determinado à mulher negra. Segundo a autora, as opressões de gênero, raça e classe não são somatórias de processos de poder distintos, mas se combinam e se sintetizam em forma própria de poder que reserva lugares e trajetórias específicas às mulheres negras. (BARBOSA, 2019, p. 23).

E é dentro dessa perspectiva que Kimberle Crenshaw elabora o conceito de “interseccionalidade” como “uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação” onde “o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras” (CRENSHAW apud BARBOSA, 2019, p. 24).

Ao estabelecermos um diálogo com as pensadoras feministas negras e a interpretação feita a partir do conceito de “interseccionalidade”, elaborado por Crenshaw, passamos a pensar que olhar os processos de construção de comuns materiais e imateriais, passa pela compreensão das experiências periféricas, das filosofias afro diaspóricas e indígenas, como o Ubuntu, o Bem Viver e a prática do “feminismo comunitário”.

3.Comuns periféricos, a reemergência das classes populares

A capacidade de descortinar ideologias e imaginar futuros dos moradores das favelas, periferias e subúrbios das cidades brasileiras aponta caminhos para um devir, pois apesar do processo de globalização afetar a economia e a cultura e as subjetividades das pessoas e lugares, esse processo não acontece de forma completa e homogênea. Ele “encontra a resistência da cultura preexistente”, “obstáculos na diversidade das pessoas e na diversidade dos lugares” (SANTOS, 2001, p.143-44), onde “(...) a cultura popular exerce sua qualidade de discurso dos ‘de baixo’ pondo em relevo o cotidiano dos pobres, das minorias, dos excluídos, por meio da exaltação da vida de todos os dias”. (SANTOS, 2001, p.144).

Em São Paulo, uma espécie de revanche construída pelos “de baixo”, a partir da década de 1990 passou a ser nutrida pelo movimento e pela poética do Hip Hop. E a partir de 2000 pela atuação da juventude organizada em coletivos artísticos e culturais que desde então mobiliza pessoas e projetos pelo direito de criação, fruição e difusão da cultura (RAIMUNDO, 2016). Para que os moradores das diversas quebradas possam ter sua cultura valorizada e, ao mesmo tempo, acesso à memória e ao conhecimento, artistas e coletivos

(...) tem mobilizado políticas públicas de apoio e incentivo; tem gerado novas possibilidades de emprego e renda para diversos profissionais (...) em diferentes ramos do setor cultural; tem chamado atenção da grande mídia e da indústria cultural; bem como tem mobilizado politicamente diversos movimentos e despertado reações de grupos antagônicos na sociedade brasileira. (ALMEIDA e JESUS, 2021, p. 46).

As ações da juventude das periferias urbanas, como as ocupações culturais, localizadas em diferentes bairros periféricos podem apontar, como antecipado por Milton Santos, primeiro

para uma nova significação da cultura popular, “tornada capaz de rivalizar com a cultura de massas” e segundo, para a construção de um espaço onde fomenta-se “a produção das condições de reemergências das próprias massas” (SANTOS, 2001, p.143).

Segundo o Bloco das Ocupações Culturais, uma articulação do Movimento Cultural das Periferias, as Ocupações Culturais são espaços comuns que criados em terrenos ou edifícios públicos ociosos são administrados e cuidados por indivíduos e coletivos de forma democrática e horizontal, tornando-se pontos de referência, onde a população tem acesso a atividades culturais (BLOCO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS, 2022). Nascidas da organização popular pela criação de equipamentos de cultura, educação, lazer e, especialmente, como resposta ao descaso do poder público e a consequente marginalização da cultura produzida nas periferias (BLOCO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS, 2022), criam a partir de atividades culturais e ações de educação popular condições para a identificação de outras questões e a organização de novas pautas, novas lutas.

A Ocupação Cultural enquanto “forma-conteúdo”, ao mesmo tempo resultado e fonte de cultura, “(...) baseada no território, no trabalho e no cotidiano, ganha a força necessária para deformar, ali mesmo, o impacto da cultura de massas.” Nela, “Gente junta cria cultura e, paralelamente, cria uma economia territorializada, uma cultura territorializada, um discurso territorializado, uma política territorializada” (SANTOS, 2001, p.44-45). E ainda que falte aos artistas, educadores populares e coletivos envolvidos com a Ocupação meios materiais para desenvolverem suas atividades, a “cultura da vizinhança valoriza, ao mesmo tempo, a experiência da convivência e da solidariedade”, o que seria “aparentemente uma fraqueza, mas na realidade é uma forma, já que realiza, desse modo, uma integração orgânica com o território dos pobres e o seu conteúdo humano. (SANTOS, 2001, p.44-45), presentes na expressividade das falas, músicas, textos, danças, pinturas e solidariedade entre as pessoas que constroem e nutrem tanto Coletivos e Ocupações, como as utopias e as fontes de reemergências das classes populares por um devir periférico.

Considerações finais

Sob o pretexto de finalizar, aproveitamos estes últimos parágrafos para lembrar que o presente artigo busca compreender as referências ao Comum presentes em alguns trabalhos do geógrafo Milton Santos, especialmente quando tratadas em diálogo com o conceito espaço banal. De certo modo, e com o desejo de pensar o Comum a partir da geografia e de suas categorias, conceitos e noções, procuramos compreender o comum, especialmente aqueles que são construídos a partir de experiências nas periferias urbanas, onde diferentes coletividades organizam-se de forma comunitária, cooperativa e solidária fazendo do território lugares de abrigo. Feito esse percurso inicial, caminhamos para a conclusão do texto delineando alguns possíveis itinerários para avançarmos na compreensão do Comum em Milton Santos em diálogo com estudiosos de outras áreas do conhecimento com pesquisas e reflexões bem consolidadas sobre o tema. Para tanto, desejamos nos aproximar e conviver mais de perto com coletivos e suas práticas na periferia de São Paulo, especialmente onde a presença da mulher na organização comunitária, ainda que invisibilizada, é mais efetiva.

A compreensão das formas de organização social e comunitária desses grupos em bairros populares, que abarca formas de ver o mundo e conhecer os lugares, de medicinas ancestrais, técnicas de cultivo, de construção de objetos e casas, muitas dessas experiências de pensar, planejar e fazer a partir da oralidade e da prática do comum, nos interessa nesse momento. As formas comunitárias e os engajamentos solidários de ajuda mútua na Igreja Católica e nos Terreiros de religiões de matrizes africanas, compreendendo como se organizam, quais são os desdobramentos das experiências da Teologia da Libertação com a criação das Pastorais e das CEBS, a construção das Comunidades nas periferias de São Paulo, bem como o papel de filosofias como o Ubuntu no cotidiano dos Terreiros, importantes plataformas de luta antirracista e de resistência da cultura negra nas periferias.

E a organização da juventude, especialmente em coletivos de cultura, criando a partir de seus lugares e quebradas de atuação, mas também em redes solidárias consolidadas no território urbano, atividades artísticas em diferentes linguagens. Um movimento onde geram renda e criam cursos de formação técnica de interesse para a área cultural e círculos de formação política. Em disputa com o Estado e suas instituições, não somente luta por políticas públicas,

como por condição de construir o comum com essa interface com o Estado, ocupando espaços públicos ociosos ou abandonados como terrenos e edificações que acolham setores públicos. Além de buscar outras interfaces de diálogo, como a disputa pelo parlamento com a eleição de vereadores(as) e deputados(as) estaduais em mandatos coletivos, que criam por dentro desses espaços, práticas parlamentares novas, baseadas na horizontalidade, feminismo e espírito de comunidade. Enfim, um roteiro para a continuidade da pesquisa.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, R. de S.; JESUS, M. N. Desafio para a cultura de periferia na cidade de São Paulo. In: D'ANDREA, T. P. (org.) *Reflexões periféricas: propostas para a reinvenção das quebradas*. São Paulo: Editora Dandara: Centro de Estudos Periféricos, 2021.

BARBOSA, E. E. *Negras lideranças: mulheres ativistas da periferia de São Paulo*. São Paulo: Editora Dandara, 2019. 129p.

BLOCO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS (MCP). Ocupações culturais: espaços comuns. *Cadernos de Estudos Urbanos*. v.4. 2022, p.126-137.

CALDAS, *Luz néon: canção e cultura na cidade*. São Paulo: Sesc/Nobel. 1995. 157p.

CAMPOS, A.; MEDEIROS, J.; RIBEIRO, M. *Escolas de Luta*. São Paulo: Veneta, 2016

TONUCCI FILHO, J.; CRUZ, M. O Comum urbano em debate: dos comuns na cidade à cidade como comum? *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg*, São Paulo, v.21, n.3, p.487-504, 2019.

D'ANDREA, T. P. (org.) *Reflexões periféricas: propostas para a reinvenção das quebradas*. São Paulo: Editora Dandara: Centro de Estudos Periféricos, 2021.

DARDOT, P.; LAVAL, C. *Comum: ensaio sobre a revolução no século 21*. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

FRANCA, G. C. *O trabalho no espaço da fábrica*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

GOHN, M. Movimentos sociais e educação no Brasil. In: MEDEIROS, J. et. al. *Ocupar e resistir: movimentos de ocupação de escolas pelo Brasil (2015-2016)*. São Paulo: Editora 34, 2019

HARVEY, D. Cidades Rebeldes. *Do direito à cidade à revolução urbana*. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Bem estar comum*. Rio de Janeiro: Record, 2016

PINHEIRO-MACHADO, R. e SCALCO, L. M. Rolezinhos: marcas, consumo e segregação no Brasil. *Revista de Estudos Culturais*. n. 1. 2014. n.p.

RAMOS, N.; MELO, S.; OLIVEIRA-MACEDO, S. Mulheres periféricas: lutas comuns, frentes diversas. In: D'ANDREA, T. P. (org.) *Reflexões periféricas: propostas para a reinvenção das quebradas*. São Paulo: Editora Dandara: Centro de Estudos Periféricos, 2021.

RAIMUNDO, S. L. *Território, Cultura e Política: movimento cultural das periferias, resistência e cidadania desejada*. Tese de Doutorado. FFLCH-USP. 2016.

RAIMUNDO, S. L., MOREIRA JUNIOR, A. Uma outra cidade é possível: Quilombaque, Uneafro e resistência nas periferias de São Paulo em tempos de pandemia e outros tempos. In: VASCONCELOS, D. B. et. al (Org.). *Geografia e Covid-19: reflexões e análises sobre a pandemia*. São Paulo: FFLCH/USP, 2021.

RAMOS, N., MELO, S., OLIVEIRA-MACEDO, S. Mulheres periféricas: lutas comuns, frentes diversas In: D'ANDREA, T. P. (org) *Reflexões periféricas: propostas para a reinvenção das quebradas*. São Paulo: Editora Dandara: Centro de Estudos Periféricos, 2021.

REGINA, D. Mulher e Periferia. In: CDHEP (org.). *Sujeitos, frutos e percursos: projetos jovens facilitadores de práticas restaurativas*. São Paulo: CDHEP, 2016.

SADER, É. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo (1970-80)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____ SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência, *Boletim Gaúcho de Geografia*, v. 21 n. 1, 1996b, p. 7-14.

_____ SANTOS, Milton. El territorio: un agregado de espacios banales. *Boletín de Estudios Geográficos*, ano 96, p. 87-96, 2000.

_____ *Por uma outra globalização. Do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro/São Paulo: Record, 2001. 174 p.

STAVRIDES, S. Reivindicar a cidade como espaços comuns. A cidade como obra coletiva. *e-metrópolis*, n. 47, ano 12, p. 1-18, 2021.